

Artigo:

**TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NA
CIDADE DE CAICÓ-RN: AVANÇOS E DESCONTINUIDADES**

*Territory and Public Policies for Youth in the City of Caicó-RN: Advances and
Discontinuities*

*Territorio y Políticas Públicas para la Juventud en la Ciudad de Caicó-RN:
Avances y Discontinuidades*

Data de recebimento: 05/05/2026

Data de publicação: 31/07/2026

Bárbara Santos¹

Thiago Adriano Machado²

RESUMO

A discussão em torno das políticas públicas de juventude que modelam o território contemporâneo percorre uma trajetória ainda recente, marcada por avanços nos debates institucionais e na efetivação de programas voltados aos jovens. Diante da ampliação do interesse da sociedade e do meio acadêmico sobre a temática, surge a necessidade de compreender a juventude como sujeito do processo de socialização, bem como ator social e portadora de direitos. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar a trajetória das políticas públicas de juventude na cidade de Caicó-RN, considerando seus antecedentes internacionais, sua institucionalização no Brasil e sua implementação no âmbito municipal. O procedimento metodológico partiu da análise documental de legislações, programas e instrumentos de planejamento e orçamento voltados às políticas públicas de juventude. Também foram utilizados dados secundários do IBGE, RAIS/CAGED e INEP, além de entrevistas com agentes sociais atuantes na elaboração do arcabouço institucional das políticas públicas para a juventude em Caicó-RN. Os resultados evidenciam avanços na institucionalização das políticas públicas de juventude, mas também limitações em sua efetivação. Em Caicó-RN, a criação do Conselho Municipal de Juventude e da Secretaria Municipal de Juventudes, Esportes e Lazer (SEMJEL) representa um avanço institucional, embora persistam fragilidades, como a descontinuidade das ações e a baixa articulação entre os órgãos públicos e atores da sociedade civil. Tal cenário sugere repercussões econômicas e demográficas relacionadas à juventude e suas relações com o território.

Palavras-chave: Política Pública. Juventude. Território.

¹Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (GEOCERES), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Caicó. Bolsista de Mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4806-3600>.

²Doutor em Geografia e Professor Adjunto do Departamento de Geografia (DGC) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (GEOCERES) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Caicó. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9416-8829>

ABSTRACT

The discussion surrounding youth public policies that shape the contemporary territory follows a still recent trajectory, marked by advances in institutional debates and the implementation of programs aimed at young people. Given the growing interest of society and academia in this subject, there is a need to understand youth as a subject of the socialization process, as well as a social actor and rights-bearer. Thus, the objective of this work is to analyze the trajectory of youth public policies in the city of Caicó-RN, considering their international antecedents, their institutionalization in Brazil, and their implementation at the municipal level. The methodological procedure was based on documentary analysis of legislation, programs, and planning and budgeting instruments related to youth public policies. Secondary data from IBGE, RAIS/CAGED, and INEP were also used, along with interviews with social agents involved in the elaboration of the institutional framework for youth public policies in Caicó-RN. The results highlight advances in the institutionalization of youth public policies, but also limitations in their effectiveness. In Caicó-RN, the creation of the Municipal Youth Council and the Municipal Secretariat for Youth, Sports and Leisure (SEMJEL) represents an institutional advance, although weaknesses persist, such as the discontinuity of actions and the low articulation between public bodies and civil society actors. This scenario suggests economic and demographic repercussions related to youth and their relationships with the territory.

Keywords: Public Policy. Youth. Territory

RESUMEN

La discusión en torno a las políticas públicas de juventud que modelan el territorio contemporáneo recorre una trayectoria aún reciente, marcada por avances en los debates institucionales y en la efectivación de programas orientados a los jóvenes. Ante la ampliación del interés de la sociedad y del medio académico sobre la temática, surge la necesidad de comprender a la juventud como sujeto del proceso de socialización, así como actor social y portadora de derechos. De este modo, el objetivo de este trabajo es analizar la trayectoria de las políticas públicas de juventud en la ciudad de Caicó-RN, considerando sus antecedentes internacionales, su institucionalización en Brasil y su implementación en el ámbito municipal. El procedimiento metodológico partió del análisis documental de legislaciones, programas e instrumentos de planificación y presupuesto orientados a las políticas públicas de juventud. También se utilizaron datos secundarios del IBGE, RAIS/CAGED e INEP, además de entrevistas con agentes sociales actuantes en la elaboración del marco institucional de las políticas públicas para la juventud en Caicó-RN. Los resultados evidencian avances en la institucionalización de las políticas públicas de juventud, pero también limitaciones en su efectivación. En Caicó-RN, la creación del Consejo Municipal de Juventud y de la Secretaría Municipal de Juventudes, Deportes y Recreación (SEMJEL) representa un avance institucional, aunque persisten fragilidades, como la discontinuidad de las acciones y la baja articulación entre los organismos públicos y los actores de la sociedad civil. Dicho escenario sugiere repercusiones económicas y demográficas relacionadas con la juventud y sus relaciones con el territorio.

Palabra-Chaves: Política Pública. Juventud. Territorio

INTRODUÇÃO

Os estudos geográficos sobre a juventude possuem uma trajetória ainda recente, voltando-se às temáticas em torno da juventude rural, das juventudes periféricas e da relação entre juventude e ensino (Santos; Santos; Silva, 2024; Oliveira, 2023; Barbosa, 2020). Por mais que pesquisas importantes da sociologia rural tenham se dedicado ao estudo da juventude rural no interior do Nordeste (Wanderley, 2015; Carneiro, 1998), verifica-se uma lacuna de pesquisa sobre a relação entre juventude e territórios do Semiárido, sobretudo se o recorte espacial for voltado à juventude urbana. O caso de Caicó, principal centralidade urbana do sertão do Seridó, ao sul do estado do Rio Grande do Norte, é ilustrativo de mudanças demográficas e econômicas que afetam a população jovem, cuja proporção em relação à população total tem caído ano após ano, com uma taxa de crescimento geométrico negativo de 1,98% a.a. entre 2010 e 2022 (IBGE, 2022). Isso demanda uma leitura atenta à realidade das juventudes no Semiárido a partir do território, de modo a expressar os

seus usos pelos diversos agentes sociais e as possibilidades de apropriação material e simbólica que incorporam a cidade como espaço vivido.

A atenção direcionada aos jovens tem crescido desde o final dos anos 1990, tanto por parte da opinião pública quanto do meio acadêmico, o que fica evidente em teses e dissertações produzidas nas últimas décadas em que esses estudos têm ganhado espaço ao considerarem os próprios jovens e suas experiências sociais dentro da sociedade (Oliveira, 2023). Essa ampliação de debates sobre o tema repercute também na expansão das discussões sobre direitos sociais, inclusão e participação política de jovens, impulsionando a construção de políticas públicas voltadas para esse segmento, tanto em âmbito internacional quanto nacional. O trabalho já clássico de Helena Abramo (1997) problematiza a dificuldade de considerar os jovens como sujeitos, vinculados à temática da cidadania mais por meio da privação de direitos do que pelo reconhecimento de suas capacidades de participação, invenção e negociação. A ênfase da sociologia funcionalista faria recair sobre a juventude a preocupação com as possíveis disfunções dos seus processos de socialização. Contudo, mudanças sociais, políticas e tecnológicas das últimas duas décadas sugerem novas dinâmicas a serem consideradas, sobretudo se for levada em consideração a implementação de políticas públicas como desdobramento da criação da Secretaria Nacional da Juventude, em 2005 (Favareto; Perafán; Favareto, 2024).

No Brasil, o fortalecimento das políticas públicas de juventude ganhou maior visibilidade a partir dos anos 2000, sobretudo durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, período em que foram criadas importantes estruturas institucionais voltadas à promoção dos direitos da juventude, como a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude. Esse processo representou um marco na institucionalização das políticas juvenis no país ao reconhecer a juventude como público específico das políticas públicas e ao ampliar espaços de participação social. Nos anos seguintes, durante os governos de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro, as políticas voltadas à juventude passaram por diferentes processos de continuidade, reformulação e, em alguns casos, de precarização e descontinuidade de programas, refletindo as mudanças nas prioridades políticas e nas agendas governamentais. Esse cenário evidencia que as políticas públicas de juventude são profundamente influenciadas por dinâmicas políticas e instabilidades estruturais.

Nesse contexto, percebe-se a importância de analisar a trajetória dessas políticas, compreendendo não apenas seus marcos institucionais no âmbito federal, mas também seus desdobramentos nos níveis locais, destacando como tais ações modelam os territórios dos jovens na cidade. Assim, este artigo tem como objetivo analisar o processo de construção e desenvolvimento das políticas públicas de juventude na cidade de Caicó-RN, considerando seus antecedentes internacionais, sua institucionalização no Brasil e sua materialização no contexto local no

Semiário. Assim, compreender a implementação dessas políticas no âmbito municipal se torna importante para entender como funcionam tais organismos na cidade para atender as reais necessidades da juventude no município.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa explora o percurso das políticas públicas de juventude, buscando evidenciar as dimensões histórica e territorial que vêm sendo desenvolvidas e privilegiadas tanto pelos debates institucionais quanto pela produção acadêmica nos contextos internacional, nacional e local, compreendendo a relação entre juventude, território e políticas públicas. Para isso, adotou-se como principal procedimento metodológico a análise documental, considerando legislações, programas governamentais e documentos institucionais relacionados às políticas públicas voltadas à juventude.

Entre os documentos e programas observados, destacam-se o Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), o Estatuto da Juventude, o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) e o Conselho Municipal de Juventude (COMJUV). Ademais, a pesquisa considerou, no processo de investigação e periodização, o papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil e organizações não governamentais na formulação, implementação e fortalecimento das políticas públicas direcionadas à juventude.

Em âmbito municipal, investigou-se a legislação, atos administrativos, contratos e termos aditivos vinculados às políticas para a juventude, e foram analisados o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e os Relatórios de Execução Orçamentária no período de 2022 a 2026. Além dessa documentação do executivo municipal, foram também analisados documentos da Câmara Municipal, a exemplo dos projetos de lei para criação de secretaria municipal, requerimentos de audiência pública, resoluções de comissão permanente e indicações parlamentares de emendas. A análise documental buscou identificar o processo histórico de criação da infraestrutura institucional de políticas para a juventude, a previsão e execução orçamentária presente nos instrumentos de planejamento a nível municipal, e a identificação dos agentes sociais, da política partidária e da sociedade civil, envolvidos nesse processo.

Também foram recolhidos dados secundários, demográficos e socioeconômicos a partir dos Censos Demográficos do Brasil (IBGE, 2022), do RAIS/CAGED e do Censo do Ensino Superior (INEP, 2024). Desse modo, os procedimentos metodológicos adotados envolveram a análise de documentos institucionais, estatística descritiva e entrevistas com alguns dos agentes sociais

identificados, possibilitando compreender o percurso das políticas públicas para a juventude em Caicó, tendo por referência as demais escalas geográficas.

JUVENTUDE, TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO

A interação aqui pretendida entre juventude, território e políticas públicas reconhece que a contribuição dos estudos geográficos ao tema concentra-se no acento dado à territorialização das políticas públicas, superando um viés eminentemente setorial. No contexto brasileiro, a tendência de descentralização deriva da repactuação federalista realizada no âmbito da Constituição de 1988 com o estímulo a canais de participação da sociedade civil nos processos decisórios (Rodrigues, 2014). Ainda segundo Juliana Rodrigues (2014), esse processo de descentralização foi generalizado em vários países desde a década de 1980 a partir de duas tendências predominantes e articuladas: fortalecimento das estruturas de gestão local como escalas decisórias autônomas; e, por outro lado, dinâmicas de mercado vinculadas à desregulamentação e privatizações. As políticas para a juventude são exemplos significativos dessa ampliação da esfera de participação da sociedade civil a partir da configuração de conselhos e fóruns da juventude operantes nas várias escalas federativas.

Para tanto, a noção de território adotada tende a superar a perspectiva estritamente vinculada ao Estado, diretamente relacionada às noções de fronteira e soberania. Conforme o trabalho clássico de Claude Raffestin (1993), o território é um conceito operacional às práticas territoriais de todos os “atores sintagmáticos”, ou seja, todos os atores que possuem um projeto ou objetivos. Desloca-se, assim, a dimensão política do espaço do exclusivismo estatal para se reconhecer a diversidade de atores territoriais operantes. Uma leitura influente do conceito no contexto brasileiro é aquela formulada por Milton Santos (1994), na qual se refere ao *território usado* como categoria de análise da Geografia, de modo a abranger os usos diversos e conflitivos do território a partir não somente do Estado, mas também de atores do mercado e da sociedade civil. Desse modo, a ambição por efetividade das políticas públicas apoia-se crescentemente na dimensão territorial, na diversidade de usos do território, suas relações de conflito e de cooperação, sem o que a implementação das políticas pode se fazer pouco efetiva e tendencialmente abstrata.

Ao pensar a juventude no contexto geográfico, observa-se que novas formas de apropriação do território emergem a partir das transformações da sociedade contemporânea. A juventude se constrói na interação com o território e com as instituições sociais e políticas, configurando-se como um período em que se definem projetos de vida e formas de inserção no mundo do trabalho e da cultura. Nesse sentido, o espaço vivido pelos jovens revela-se como um território de disputas (Barbosa, 2020), onde se manifestam tanto estratégias de pertencimento quanto situações de exclusão em relação ao acesso aos direitos sobre a cidade. No que se refere ao campo de

conhecimento relativo à juventude e à efetivação de políticas públicas voltadas a esse grupo, especialmente no que diz respeito ao acesso aos direitos sociais, culturais e econômicos, trata-se de uma construção recente, sobretudo no contexto nacional.

Em âmbito internacional, os primeiros avanços ocorreram a partir da atuação da Organização das Nações Unidas (ONU), que, em 1995, propôs a adoção de uma estratégia internacional voltada ao enfrentamento dos desafios da juventude, incorporada ao Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ). De acordo com Silva e Andrade (2000), tanto o empenho da ONU quanto de agências intergovernamentais, como a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), representou um importante impulso para a inserção das questões juvenis na agenda pública dos países da América Latina ao longo da década de 1990. No entanto, no Brasil, essas iniciativas tiveram repercussões limitadas durante um longo período, resultando em rupturas e contradições na formulação de políticas públicas. Nesse contexto, a juventude foi frequentemente associada a problemáticas sociais (Sposito, 1997) o que decorre de questões vinculadas à violência, ao uso de drogas, à gravidez precoce e a infecções sexualmente transmissíveis.

Além disso, as políticas existentes apresentavam incoerências, sobretudo pela predominância de recortes etários voltados à infância e adolescência, o que acabava por excluir uma parcela significativa dos jovens. Conforme discutido por Sposito e Carrano (2003), as questões relacionadas à juventude foram, durante muito tempo, tratadas como situações naturais ou permanentes e não como problemas de natureza política que demandam intervenção estatal. Esse cenário começa a se modificar a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, com a articulação entre sociedade civil e poder público em diferentes escalas. A juventude passa, então, a ser compreendida como um grupo social específico, marcado por múltiplas dimensões que envolvem a construção da autonomia material e afetiva dos sujeitos (Knauth et al., 2006), demandando políticas públicas voltadas à educação, cultura, lazer e trabalho.

No Brasil, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ainda não havia uma proposta consolidada de Política Nacional de Juventude. Esse quadro se altera a partir das primeiras gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), período em que foram criadas importantes estruturas institucionais, como a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Além disso, a realização da I Conferência Nacional de Juventude, em 2008, ampliou os espaços de participação social. A institucionalização da Política Nacional de Juventude, por meio da Lei nº 11.129/2005, representou um marco importante para o reconhecimento das demandas juvenis. Posteriormente, durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), houve avanços significativos, com destaque para a aprovação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), que estabelece

direitos, diretrizes e princípios das políticas públicas voltadas aos jovens, além de instituir o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). O Estatuto reconhece os jovens como sujeitos de direitos e enfatiza princípios como autonomia, emancipação e participação social. Destaca-se, ainda, a importância do território, ao prever diretrizes relacionadas ao direito à cidade, à mobilidade e ao acesso a equipamentos públicos, tanto em áreas urbanas quanto rurais.

Entretanto, após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, observa-se, nos governos subsequentes (Michel Temer e Jair Bolsonaro), um cenário de retração e fragilização das políticas públicas de juventude, marcado por cortes de investimentos e pela precarização de áreas estratégicas, como educação, ciência e tecnologia (Silva, 2021). Apesar dos avanços institucionais nos últimos anos, permanecem desafios significativos, especialmente no que se refere à permanência dos jovens na escola e à inserção no mercado de trabalho. As transições entre escola e trabalho, como apontam Guimarães, Marteleto e Brito (2018), raramente ocorrem de forma linear, sendo atravessadas por desigualdades estruturais. Esse cenário foi intensificado no período pós-pandemia de Covid-19, quando se observou o agravamento das desigualdades sociais que afetam diretamente a juventude. Segundo o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE, 2020), os impactos da pandemia atingiram de forma significativa o emprego, a educação e a saúde mental dos jovens, ampliando situações de vulnerabilidade social e dificultando ainda mais sua inserção no mercado de trabalho. Diante dessas condições, é comum que jovens brasileiros se desloquem em busca de melhores oportunidades em outras regiões do país (Araújo et al., 2014), evidenciando as desigualdades territoriais e a necessidade de fortalecimento de políticas públicas que garantam condições dignas de permanência nos territórios de origem.

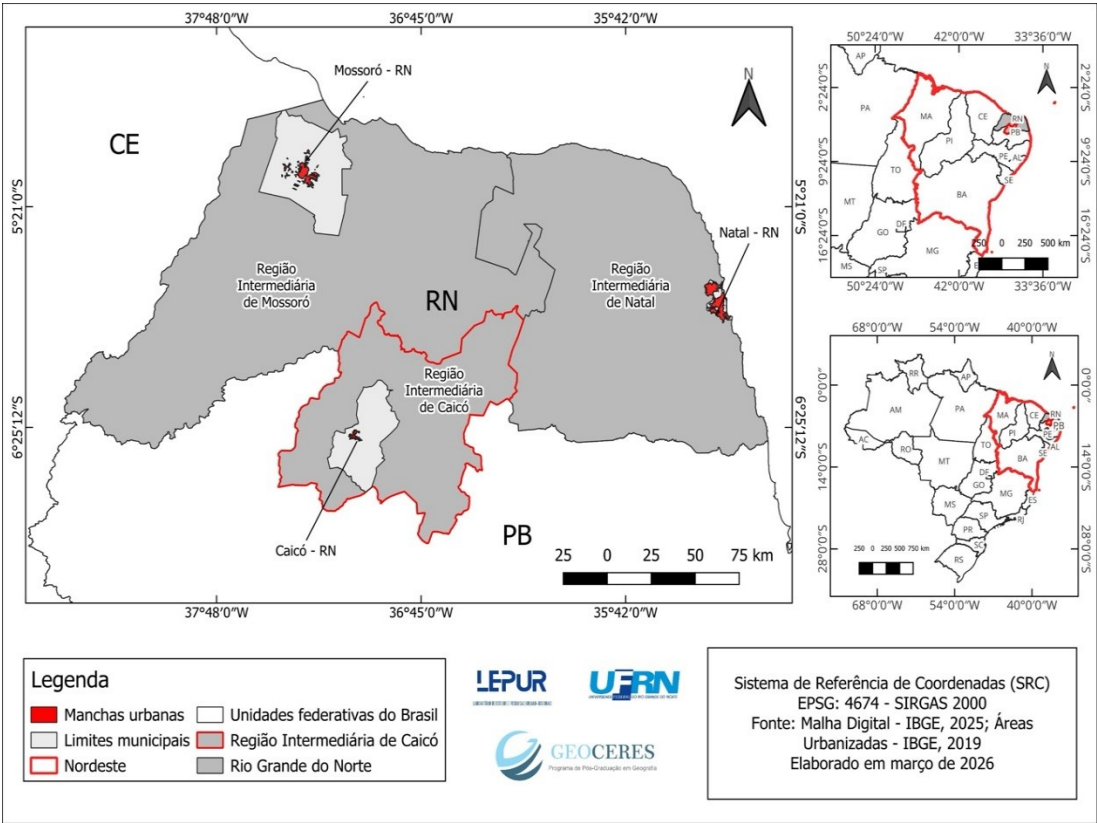
JUVENTUDE URBANA NO SEMIÁRIDO: O CASO DE CAICÓ-RN

A implementação de políticas públicas de juventude no âmbito municipal encontra respaldo no Estatuto da Juventude, que atribui aos municípios a responsabilidade de elaborar seus Planos Municipais de Juventude, assegurando a participação da sociedade civil. Nesse contexto, o município de Caicó-RN apresenta avanços recentes, como a criação, em 2023, do Conselho Municipal de Juventude (COMJUV), por meio da Lei nº 5.459, e da criação da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer em 2025, além de outras iniciativas do executivo e do legislativo municipais.

Caicó é a principal centralidade urbana na região do Seridó, no estado do Rio Grande do Norte (Figura 1). Segundo o Censo Demográfico de 2022, o município possui cerca de 61 mil habitantes (IBGE, 2022) dos quais 20,3% têm entre 15 e 29 anos, faixa etária que configura a população jovem. No ano 2000, o município possuía 28,24% da sua população na faixa etária

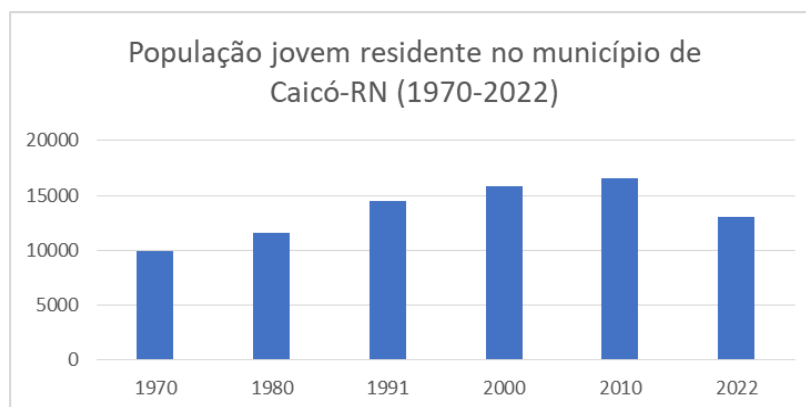
jovem, proporção que foi reduzida em 2010 para 26,17% até atingir 20,3% em 2022. Desse modo, os dados demográficos indicam uma redução significativa da população jovem, com uma aceleração acentuada entre 2010 e 2022 demonstrada por uma taxa de crescimento geométrico negativa de 1,98% ao ano, bastante superior à redução da população total no mesmo período, com um decréscimo de 0,21% a.a. Essa é uma realidade abrangente no contexto do Semiárido, em especial na região em que Caicó está inserido. Considerando a regionalização do IBGE das regiões geográficas intermediárias e imediatas (IBGE, 2017), a região geográfica intermediária de Caicó, composta por 24 municípios, teve em média uma taxa de crescimento geométrico negativa de 1,72% de sua população jovem entre 2010 e 2022.

Figura 1: Localização da cidade de Caicó-RN.



Fonte: IBGE, 2024; Elaborador: OLIVEIRA. L.G.L, 2025.

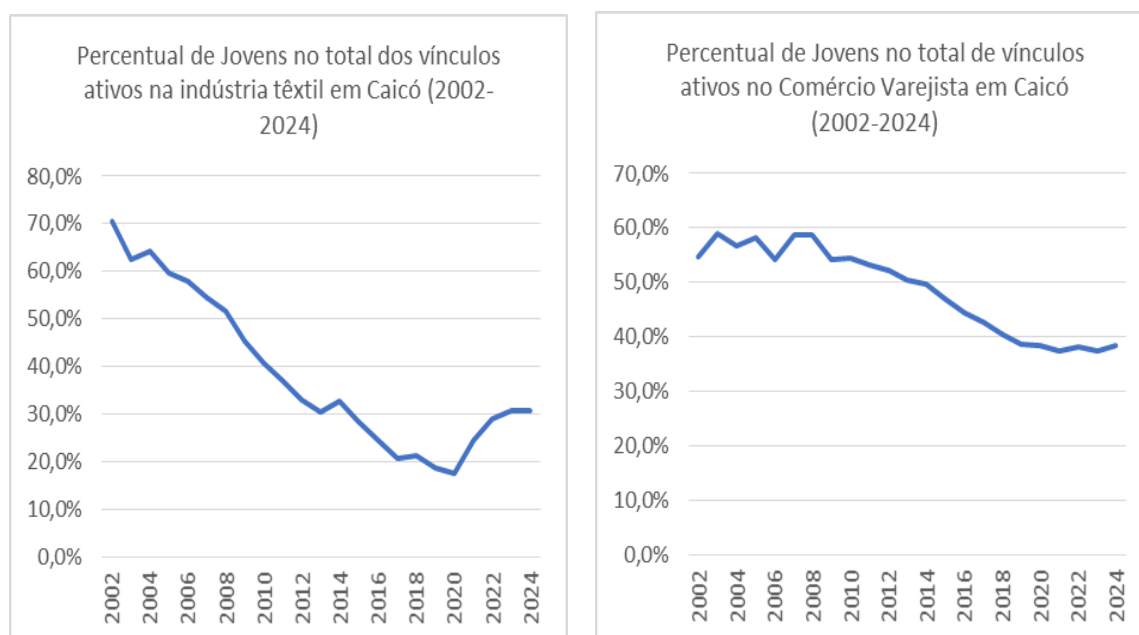
Figura 2: Gráfico da População jovem residente no município de Caicó-RN (1970-2022)



Fonte: IBGE (1970-2022)

A redução acelerada da população jovem repercute na sua inserção no mundo do trabalho, o que se expressa na redução significativa da participação dos jovens em setores importantes da economia local. Desde a década de 1980, a região do Seridó potiguar passou por uma reestruturação produtiva decorrente da crise do algodão, atividade que junto à pecuária e à mineração constituía o tripé econômico da região desde o pós-guerra (Morais, 2020). O contexto de crise incorporou o crescimento das atividades terciárias nas cidades e a formação de um sistema industrial especializado centrado na indústria têxtil e de vestuário configurado a partir da interiorização de fábricas têxteis voltadas à produção de bonés, panos de prato, toalhas e mantas, e vestuário no geral (Germano, Machado e Vasconcelos Filho, 2025). Desse modo, os setores econômicos nos quais os jovens mais se empregavam em Caicó no início dos anos 2000 eram o comércio varejista e a indústria têxtil. Ambos os setores acompanharam a tendência geral de redução da participação da população jovem no emprego formal no município, cuja proporção variou de 38,15%, em 2002, para 24,2%, em 2020, no auge da pandemia, registrando uma recuperação importante em 2024 ao alcançar 30,55% dos vínculos ativos. Na indústria têxtil, por exemplo, a participação da juventude caiu de cerca de 70% em 2002 para menos de 17,5% em 2020, registrando uma retomada importante após a pandemia, com 30,8% em 2024. No comércio varejista, essa participação também apresentou queda, passando de aproximadamente 60% para menos de 40% em 2024 (Figura 3 e 4).

Figura 3 e 4: Gráficos dos Percentuais de jovens na força de trabalho empregada no Comércio Varejista e na Indústria Têxtil em Caicó-RN (2002-2024)



Fonte: RAIS (2002-2024)

Essas mudanças da participação da juventude no mercado de trabalho local suscitam questões sobre os desafios da inserção dos jovens no mundo do trabalho, as tendências de precarização das atividades laborais e o papel da migração e da permanência na formação de projetos de vida. Porém, a análise desse quadro situacional é enriquecida com os dados relativos à ampliação da escolaridade, principalmente em nível superior. O processo de interiorização do ensino superior no Semiárido é importante, pois fornece novas possibilidades de formação profissional à juventude local. Caicó está inserido nesse processo desde os anos 1970 com a criação de um núcleo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atualmente nomeado Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), e com a oferta de cursos de graduação e pós-graduação. Desde a década de 2000 esse processo foi acelerado em decorrência da chegada da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), do Instituto Federal (IFRN) e da Escola Multicampi de Medicina (EMCM/UFRN), além de instituições privadas que oferecem cursos presenciais, semipresenciais e à distância.

Os dados dos Censos Demográficos do IBGE indicam que a população com ensino superior em Caicó foi ampliada de 5,45%, em 2000, para 19,17% em 2022, aproximando-se da média nacional. A centralidade urbana exercida por Caicó é reforçada por essa oferta de serviços educacionais e a região geográfica intermediária de Caicó também testemunhou um aumento da população com ensino superior de 2,86%, em 2000, para 12,17% em 2022, beneficiando vários

394

TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NA CIDADE DE CAICÓ-RN: AVANÇOS E DESCONTINUIDADES

municípios da hinterlândia de Caicó. Desse modo, as mudanças produtivas, demográficas e educacionais sugerem a necessidade de incorporar uma abordagem territorial na compreensão das políticas públicas para a juventude em Caicó.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE EM CAICÓ: AVANÇOS E DESCONTINUIDADES

A cidade de Caicó tem passado nos últimos anos por uma mobilização de atores políticos regionais, da política partidária e da sociedade civil, que produziu como resultado mais relevante a criação do Conselho Municipal de Juventudes (COMJUV), em junho de 2023, e da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (SEMJEL), em janeiro de 2025. Os conselhos municipais de juventude funcionam, em geral, como órgãos colegiados de caráter consultivo com o intuito de subsidiar o poder público local na formulação e avaliação de políticas públicas para os jovens, articulando representantes governamentais e da sociedade civil. Articulam-se a uma cadeia federativa que abrange conselhos estaduais e nacionais.

No caso do Rio Grande do Norte, a criação do Conselho Estadual de Juventude (CEJUV/RN) foi efetivada a partir da Lei Complementar nº 574/2016. Cinco anos depois, em 2021, foi criado o Fórum Estadual de Gestores Municipais de Políticas Públicas para a Juventude (FOMJUVE/RN) – Decreto nº 30.387/2021 – enquanto instância de caráter estritamente governamental voltada à articulação entre o Estado e o município. A configuração dessas instituições confere nexos normativos relevantes entre os vários entes federativos, mas a efetividade de tais fóruns demanda uma análise mais detida aos desafios da continuidade da mobilização política, da implementação das políticas públicas e, em especial, das barreiras territoriais à integração institucional, a exemplo da concentração das instituições participantes no fórum estadual na região metropolitana de Natal, capital do estado.

Tais desafios estão expressos no próprio processo histórico recente em Caicó, que retoma uma iniciativa que havia sido gestada em 2010 com o Projeto de Lei 021/2010 na Câmara Municipal de Caicó, de autoria do vereador Almir da Costa Dantas Filho (PC do B), e que criava a Secretaria Municipal da Juventude. Na justificativa à época anexa ao PL, constavam as dificuldades da juventude com o desemprego, a violência urbana, o consumo de drogas e a constante exposição à morte, demandando políticas públicas específicas para essa faixa da população. A pouca documentação do período não indica, no entanto, se houve implementação de políticas públicas para a juventude a partir dessa secretaria, que teve vida curta ao ser incorporada a outras secretarias em 2013. Essa descontinuidade é típica do arcabouço institucional voltado à juventude e novas iniciativas são retomadas apenas em 2021. No executivo municipal, a portaria 255/2021 nomeia a

diretoria do Departamento de Acompanhamento e Integração das Políticas Públicas para a Criança, Adolescente e Juventude, inserida na Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SEMTHAS). Essa portaria indica que as políticas para a juventude se davam no âmbito da assistência social, não havendo um direcionamento institucional para esse público.

A gestação de uma institucionalidade municipal para a juventude se dá no âmbito do legislativo a partir do Requerimento 093/202, de autoria do vereador Professor Veranilson (à época do PP, posteriormente filiado ao PC do B), no qual requeria uma audiência pública com o objetivo de discutir políticas públicas voltadas para as juventudes de Caicó. Na justificativa, a diversidade da juventude é reconhecida e se expressa na multiplicidade de entidades e organizações envolvidas, tais como: a Cáritas Diocesana; a Rede de Juventudes do Seridó; Grêmios Estudantis de escolas estaduais do município e do IFRN; movimentos estudantis como a União da Juventude Socialista de Caicó (UJS Caicó), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Além disso, a audiência pública contaria com a presença do prefeito de Caicó, Judas Tadeu Alves do Santos, e de representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Secretaria Estadual de Mulheres, Juventudes e Igualdade Racial do Rio Grande do Norte, além de um vereador de Natal, da UJS estadual e de representante do Ministério Público.

Essa mobilização levou a prefeitura a financiar a ida de dois delegados à 4ª Conferência Estadual da Juventude, ocorrida em Natal em 2022. Ao final do mesmo ano, foi nomeada a composição provisória do COMJUV e em maio de 2023 a Lei 5.459/2023 instituiu formalmente o Conselho Municipal de Juventudes. O esforço inicial do mandato do vereador Professor Veranilson e a mobilização dos grupos da sociedade civil, com certo protagonismo do movimento estudantil (UJS), estabeleceu uma pauta em torno de duas demandas iniciais: o transporte público municipal para os estudantes, inclusive aqueles das instituições de ensino superior; e a criação de um consultório para a população LGBTQIA+, dando suporte no atendimento do SUS a um público que geralmente encontra dificuldades no acolhimento adequado no acesso aos serviços de saúde. Contudo, a própria diversidade das organizações da sociedade civil constituiu um fator de fragmentação do conselho, sobretudo quando uma das pautas em destaque foi relativa à saúde da comunidade LGBTQIA+, o que não constava como pauta prioritária para os grupos jovens religiosos. Desse modo, não há documentação indicando a realização, tal como previsto na Lei que originou o COMJUV, de nenhuma conferência municipal de juventude. Tampouco há registros de nova portaria com nomeação de nova composição do conselho.

Apesar desse processo de desmobilização, o executivo municipal deu sequência à criação da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (SEMJEL), nomeando o seu secretário em janeiro de 2025. Contudo, uma análise preliminar das portarias vinculadas à secretaria e dos

próprios canais de comunicação nas redes sociais indica que a secretaria tem priorizado as ações no âmbito esportivo. A pouca capacidade financeira da secretaria a tem restringido à organização de campeonatos amadores e à gestão de ginásios, quadras de esportes e “areninhas”, pequenos complexos esportivos dos bairros. O cargo de Coordenador Geral da Juventude, vinculado à SEMJEL, teve três nomeações apenas em 2025, ao passo que a diretoria do Departamento de Acompanhamento das Políticas para Criança, Adolescente e Juventude, vinculado a outra secretaria (SEMTHAS), parece ser ainda o cargo mais estruturado. Isso reflete no próprio orçamento municipal, no qual a SEMJEL executou apenas 3,88% (R\$42.528,65) da dotação orçamentária inicial de R\$1.096.500,00 para o ano de 2025. A assistência para criança e adolescente tem sido mais efetiva, com investimento de R\$723.150,70 em 2025, mas ainda assim representa apenas 37,56% da dotação inicial.

O tema da juventude no Plano Plurianual de 2022-2025, por seu turno, é restrito a uma única ação inserida no âmbito da política de assistência social, direcionada à implantação e manutenção do Conselho Municipal de Juventudes, com uma dotação orçamentária de apenas R\$ 40.000 para o período de quatro anos. Não há, portanto, o estabelecimento de metas explícitas nem produtos definidos na estrutura programática do documento, apenas sinalizando uma intenção de institucionalizar o COMJUV. Algo parecido acontece com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2025; Lei nº 5.559/2024), na qual o “Apoio à Política Pública para Juventude”, incluída na subseção de Assistência Social, não descreve nenhuma ação concreta ou meta, ainda que preveja uma dotação orçamentária para manutenção do COMJUV de R\$ 20.500,00 para 2025. Desse modo, percebe-se que a política municipal de juventude permanece institucionalizada formalmente, mas carece de solidez programática que subsidie ações para a geração de emprego, cultura, esporte e capacitação da juventude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A juventude, enquanto categoria social, se constitui em estreita relação com o território, sendo atravessada por dinâmicas históricas, econômicas e políticas que condicionam suas formas de inserção social, permanência e mobilidade no espaço. Nesse sentido, o território não se apresenta apenas como suporte físico, mas como um espaço de disputas, oportunidades e desigualdades que influenciam diretamente os projetos de vida dos jovens.

A análise evidenciou que, embora o campo das políticas públicas de juventude tenha avançado significativamente nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 2000, com a institucionalização da Política Nacional de Juventude e a criação do Estatuto da Juventude no

primeiro e segundo governos Lula, ainda persistem desafios estruturais que limitam a efetivação desses direitos, especialmente no que se refere à educação, ao trabalho e à inclusão social.

No contexto específico do município de Caicó-RN, os resultados apontam para um cenário marcado por contradições. Por um lado, observa-se a existência de iniciativas recentes, como a criação do Conselho Municipal de Juventude, que representa um avanço no reconhecimento da juventude como sujeito de direitos e na ampliação dos espaços de participação política. Por outro, permanecem fragilidades relacionadas à descontinuidade de políticas públicas, à limitada articulação institucional e à ausência de ações estruturantes.

A redução significativa da população jovem no município, associada à diminuição de sua participação em setores econômicos relevantes, reforça a hipótese de que muitos jovens têm buscado outras localidades em função da escassez de oportunidades. Esse movimento evidencia a necessidade de fortalecimento de políticas públicas que não apenas garantam direitos, mas também promovam condições concretas de permanência da juventude em seus territórios de origem, se assim for do seu desejo. Dessa forma, torna-se fundamental que as políticas públicas de juventude, especialmente em âmbito municipal, sejam pensadas de forma integrada, contínua e articulada com as demandas reais dos jovens. A valorização da participação juvenil nos processos de formulação, implementação e avaliação dessas políticas se apresenta como elemento central para sua efetividade.

Por fim, destaca-se que investir na juventude não se limita à garantia de direitos no presente, mas representa uma estratégia essencial para a construção de futuros mais justos e inclusivos. Nesse sentido, fortalecer políticas públicas voltadas às diferentes realidades juvenis constitui uma ação capaz de contribuir para a redução das desigualdades territoriais e para o desenvolvimento social em múltiplas escalas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. São Paulo: **Revista Brasileira de Educação**, vol. 1, nº 5-6, p. 25-36, 1997.

ARAÚJO, H. E.; BOTELHO, U. R.; CODES, A. L. M.; SERRANO, A. F.; PINTO, L. M. **A migração interna dos jovens como alternativa para melhorar sua inserção no mundo do trabalho**: evidências a partir dos Censos de 2000-2010. XIX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. São Pedro: ABEP, 2014.

ATLAS DAS JUVENTUDES. **Atlas das Juventudes 2025**: evidências para a transformação das juventudes. Coordenação geral: Marcus Barão, Mariana Resegue e Ricardo Leal. São Paulo: Em Movimento; Instituto Arapyau; Ashoka et al., 2025. Disponível em: www.atlasdasjuventudes.com.br, acesso em 10 mar. 2026.

BARBOSA, J. L. **Território e territorialidades em redes de culturas globais: juventudes de favelas e periferias em suas estéticas de atitude.** In: CARNEIRO, J; BARON, L (org.). *Cultura é território*. 1. ed. Niterói, RJ: Niterói Livros, 2020. p. 97-121.

BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República. **Secretaria Nacional de Juventude.** Resoluções da I Conferência Nacional da Juventude (2008). Disponível em: http://www.psb.org.br/juventude/docs/revista_da_conferencia_nacional.pdf. Acesso em 09 de março de 2026.

CAICÓ. Câmara Municipal. Projeto de Lei nº 021, de 10 de maio de 2010. **Dispõe e autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Municipal da Juventude e dá outras providências.** Autoria: Vereador Almir da Costa Dantas Filho (PC do B). Aprovado por unanimidade em sessão de 17 maio 2010. Redação final aprovada pela Comissão de Justiça e Redação em 22 jun. 2010. Caicó: Câmara Municipal, 2010.

CAICÓ. Câmara Municipal. Requerimento nº 093/2021. **Requer a realização de audiência pública em formato híbrido para discutir políticas públicas voltadas para as juventudes de Caicó/RN e a criação do Conselho Municipal de Juventude.** Autoria: Vereador Veranilson Santos Pereira. Aprovado em 22 set. 2021. Caicó: Câmara Municipal, 18 set. 2021.

CAICÓ. Lei nº 5.459, de 19 de junho de 2023. **Institui o Conselho Municipal de Juventudes no Município de Caicó e dá outras providências.** Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, ed. 3057a, 20 jun. 2023. Código identificador: F11D07BE. Disponível em: https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/materia/F11D07BE/03AL8dmw_blJ9XIQtSYJ1NoR1xEOYYLVSWDNh87umcYM5-sCIztTs0jP6ntk-zM. Acesso em: 27 mar. 2026.

CAICÓ. Prefeitura Municipal. **Plano Plurianual (PPA) 2022–2025 do Município de Caicó.** Caicó: Prefeitura Municipal de Caicó, 2021.

CAICÓ. Prefeitura Municipal. Lei nº 5.559, de 01 de agosto de 2024. **Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração e execução da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências.** Caicó: Gabinete do Prefeito, 2024.

CAICÓ. Prefeitura Municipal. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) – 6º Bimestre (Novembro-Dezembro 2025).** Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º. Caicó: Secretaria Municipal de Finanças, 26 jan. 2026. Gerado pelo Sistema e-Pública.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 6, nº 2, p. 53-75, out. 1998.

CARRANO, P.; SPOSITO, M. P. **Juventude e políticas públicas no Brasil.** Políticas de Juventud en América Latina: políticas nacionales. Viña Del Mar, Chile: CIDPA, 2003.

CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE (CONJUE). **Juventudes e a Pandemia do Coronavírus**, 2020.

FAVARETO, A; PERAFÁN, M; FAVARETO, A. Juventudes rurais: o que diz a literatura e algumas questões para uma agenda de pesquisas e de políticas. Campina Grande: **Revista Raízes**, vol. 44, nº 2, p. 242-263, 2024.

GERMANO, G.; MACHADO, T. A.; VASCONCELOS FILHO, J. M. Dinâmica socioespacial e o processo de industrialização na região imediata de Caicó: a expansão e interiorização da indústria têxtil em municípios semiáridos seridoenses. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, 2025.

GUIMARÃES, N. A.; MARTELETO, L; BRITO, M. M. A. **Transições e trajetórias juvenis no mercado brasileiro de trabalho**: padrões e determinantes. Brasília: OIT, dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: resultados da população e domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2024: resumo técnico**. Brasília, DF: INEP, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/censo-da-educacao-superior-2024-resumo-tecnico>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

KNAUTH, Daniela et al. As trajetórias afetivo-sexuais: encontros, uniões e separação. In: HEILBORN, Maria Luiza et al. (Org.). **O aprendizado da sexualidade**: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.

MORAIS, M. A. M. **Seridó Norte-rio-grandense**: uma geografia da resistência. Natal: EDUFRN, 2020.

OLIVEIRA, V. H. N. Geografia das Juventudes: a construção do estado da arte na pós-graduação brasileira. **Para Onde!?**, Porto Alegre, vol. 17, nº 2, 2023, p. 59-78.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, J. N. Políticas públicas e geografia: a retomada de um debate. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152–164, jan./abr. 2014.

SANTOS, F. E. M.; SANTOS, A. F. S.; SILVA, J. M. Dinâmica da produção de artigos científicos sobre juventudes e educação na geografia brasileira. In: Oliveira, V. H. N. *et al.* (Orgs.) **Anais do I Seminário Brasileiro de Pesquisa com Juventudes na Geografia**. Porto Alegre, RS: GEPJUVE, 2024.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p. 15–20.

SILVA, T. A. A. As Políticas Públicas de Juventude no Brasil pós-golpe de 2016: o cenário de ataque aos direitos sociais. **Revista de Ciências Sociais**, nº 54, p. 150-167, 2021.

SILVA, E. R. A; ANDRADE, C. C. **A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades**. In: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009/2024, p.41-71.

SPOSITO, M. P. Estudos sobre juventude em educação. São Paulo: **Revista Brasileira de Educação**, nº 5/6, 1997, p. 37-52.

SPOSITO, M. P; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, 2003, p. 16-39.

WANDERLEY, M. N. B. **Juventude Rural**: vida no campo e projeto para o futuro. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 2015.